



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE ANÁPOLIS**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

NOMEAMOS RELATOR(A) VEREADOR(A):

Va. Wilmar Silvestre

EM 08 / 05 / 2019

[Assinatura]

PRESIDENTE

(PRAZO REGIMENTAL PARA EMISSÃO DE PARECER: 07 DIAS PRORROGAVEL POR MAIS 07 DIAS – ART. 47, § 3º, R.I.)

Conforme preceitua o Regimento Interno o Vereador Wilmar Silvestre, vem encaminhar o Projeto de Lei Ordinária 047/2018, cuja devolução da referida matéria tem por finalidade e na forma regimental seja redistribuído, nomeando-se outro relator, no sentido da proposição ser apreciada por esta Comissão e tenha sua tramitação normal.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 2019.

[Assinatura]
Dr. Arunan Pinheiro Lima
Diretor Legislativo



CÂMARA
MUNICIPAL
DE ANÁPOLIS

Fls. 09

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

NOMEAMOS RELATOR(A) VEREADOR(A):

Mr. Jan Carlos

EM 16 05 / 19

T Souza

PRESIDENTE

(PRAZO REGIMENTAL PARA EMISSÃO DE PARECER: 07 DIAS PRORROGAVEL POR MAIS 07 DIAS – ART. 47, § 3º, R.I.)

Tenho em vista que a matéria em proposta precisa
atender as normas de segurança/higiene p/ os usuários
de vagas junto aos CRVIs, encaminhando à Diretoria
Legislativa para que seja oferecido à Sec. Municipal
de Educação as normas de que seja encaminhado o
apreço da proposta e sobre quais as alterações
específicas dentro do atual modelo.

Ass. 23/05/2019

T Souza

Deferido 21/05/19
T Souza



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE ANÁPOLIS**

Ofício nº 047/2019 – RSM/ Diretoria Legislativa

Anápolis, 03 de junho de 2019.

À Vossa Senhoria
ALEX DE ARAÚJO MARTINS
Secretário Municipal de Educação
Rua Roberto Mange, 152 - Centro - Anápolis
Nesta.

Assunto: Solicitação de informação

Prezado Secretário,

Ao cumprimentá-lo, venho mui respeitosamente perante a Vossa Senhoria, expor e requerer o que segue:

Considerando a tramitação do projeto de lei ordinária nº 047/2018, de autoria do Vereador Lélío Alvarenga, que “Dispõe sobre Procedimentos Gerais Relacionados a Matrículas e Lista de Espera por Vagas nos Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIs)”.

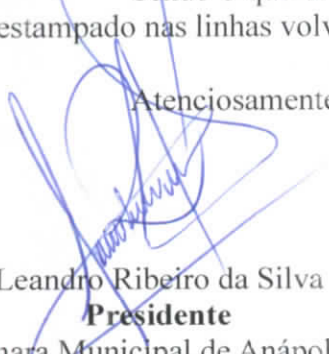
Considerando que na reunião do dia 21/05/2019, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação o relator Vereador Jean Carlos, o qual na forma regimental solicita da Presidente da Comissão informações junto a esta Secretaria Municipal de Educação.

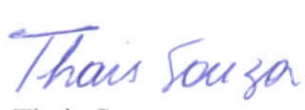
Ante o exposto, venho por meio deste, atendendo pedido solicitado pelo relator da Comissão, no sentido que seja encaminhado a esta Comissão um parecer mediante análise e avaliação sobre uma possível implantação deste projeto em nosso Município.

Desta forma, o relator da matéria em questão poderá manifestar o seu parecer quanto ao mérito da propositura em apreciação nesta Comissão.

Sendo o que se nos apresenta para o momento e na certeza do pronto atendimento do pedido estampado nas linhas volvidas, subscrevemo-nos com apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,


Leandro Ribeiro da Silva
Presidente
Câmara Municipal de Anápolis-GO


Thais Souza
Presidente
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

OFÍCIO Nº 763/2019

Anápolis, 04 de setembro de 2019

Senhor Presidente,

Em resposta ao Ofício de nº 047/2019, solicitando parecer ante Projeto de Lei nº 047/2018, informamos que o atendimento para Educação Infantil modalidade Creche na Rede Municipal de Ensino, desde o ano letivo de 2017, se faz sob a luz de Portaria que “Dispõe sobre os critérios para ingresso das crianças nas unidades de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Anápolis”. Sendo a Portaria, revisada e reelaborada anualmente por uma Câmara Técnica, composta por membros representantes da Secretaria Municipal de Educação; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social; Conselho Tutelar; Conselho Municipal de Educação e Representantes dos Diretores da rede Municipal de Ensino-Educação Infantil.

Ressaltamos que todo procedimento é levado ao conhecimento ao conhecimento do Ministério Público Estadual e Juizado da Infância e Juventude – Comarca de Anápolis.

Assim sendo, entendemos que apesar da iniciativa, o objetivo da proposta está sendo contemplado com a vigência das portarias.

Informamos ainda, que para o corrente ano letivo, vigorando a Portaria nº 032 de 05 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial de Anápolis no dia 6 de novembro de 2018. Segue cópia em anexo.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,


Alex de Araújo Martins

Secretário Municipal de Educação

Senhor
Leandro Ribeiro da Silva
Presidente da Câmara Municipal de Anápolis
Anápolis - GO

Câmara Municipal de Anápolis

Depto. Protocolo

Recebi em 23 / 09 / 19

Horas 16:10

Assinatura Rogério Ribeiro



e intransferível.

O envio e recuperação de senha para acesso ao ISSONLINE dar-se-á exclusivamente pelo e-mail informado previamente a Prefeitura Municipal de Anápolis o que deverá ser mantido atualizado pelo contribuinte conforme Art. 3º, § 2º do Decreto nº 42.764, de 11 de setembro de 2018.

Considerar-se-á realizada a comunicação pelo DTE a data em que for efetuada a consulta, pelo ISSONLINE, à mensagem ou ao documento objeto da comunicação. No caso de não haver consulta à caixa postal eletrônica disponibilizada no ISSONLINE, considerar-se-á realizada a comunicação no prazo de 10 (dez) dias contados da data da postagem da mensagem ou documento no DTE.

O presente Termo de Adesão tem prazo de duração indeterminado.

PORTARIA Nº 032, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS PARA INGRESSO DAS CRIANÇAS NAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ANÁPOLIS PARA O ANO LETIVO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Lei Federal nº 13.257/2016 (Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância), Lei Municipal nº 3.775/2015 (Aprova o Plano Municipal de Educação), Resolução CNE/CEB nº 06/2010 (Define Diretrizes Operacionais para a matrícula no Ensino Fundamental e na Educação Infantil) e legislação complementar;

RESOLVE:

DA EDUCAÇÃO INFANTIL – MODALIDADE CRECHE (BERÇÁRIO, MATERNAL I E II)

Art. 1º – Fixar o período de inscrição para ingresso nas Unidades de Educação Infantil – Modalidade Creche (berçário, maternal I e II):

§ 1º – Período de inscrição: **07/11/2018 a 07/12/2018.**

§ 2º – As inscrições serão realizadas por meio de um Cadastro Único (Ficha Cadastral) para ingresso nas Unidades de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Anápolis – Modalidade Creche (berçário, maternal I e II).

I – O Cadastro Único será preenchido na Unidade de Educação Infantil na qual a família tem interesse da vaga conforme o setor e o polo escolhido.

§ 3º – O preenchimento do Cadastro Único será realizado no Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) / Centro de Educação Infantil (CEI) por polos, de acordo com o agrupamento setorial abaixo especificado:

REGIÕES	Nº DE ORDEM	UNIDADES ESCOLARES
REGIÃO NORTE POLO 1	1	C.M.E.I. Arnaldo Steckelberg
	2	C.E.I. Presb. Renovada Central
	3	C.E.I. Pioneira

REGIÃO NORTE POLO 2	4	C.M.E.I. Casimiro de Abreu
	5	C.E.I. Pelicano
	6	C.E.I. Ágape
	7	C.E.I. Bete Shalom Madureira
REGIÃO NORTE POLO 3	8	C.E.I. Bete Shalom II
	9	C.M.E.I. Cibele Teodoro Telles
	10	C.M.E.I. Helena Ferreira Melazzo
	11	C.M.E.I. Maura Helena Oliveira Simões
REGIÃO NORTE POLO 4	12	C.M.E.I. Anita Malfatti
	13	C.M.E.I. Manuel Bandeira
	14	C.M.E.I. Jorge Amado
	15	C.M.E.I. Desembargador Air Borges
REGIÃO NORTE POLO 5	16	C.E.I. Batista Central
REGIÃO NORTE POLO 6	17	C.M.E.I. José Epaminondas Roriz
	18	C.M.E.I. Carlos Drummond de Andrade
	19	C.M.E.I. Cristiane Alves de A. Peixoto
	20	C.E.I. Rainha da Paz
REGIÃO SUL POLO 1	21	C.M.E.I. Profª. Retti Tipple Batista
	22	C.M.E.I. Maria Capuzzo Cremonez
	23	C.M.E.I. Gracinda Maria da Silva
	24	C.E.I. Santa Terezinha
REGIÃO SUL POLO 2	25	C.M.E.I. Mario Quintana
	26	C.M.E.I. Dona Jandira Bretas
	27	C.M.E.I. Dona Iris
	28	C.M.E.I. Clarice Lispector
REGIÃO SUL POLO 3	29	C.E.I. Bete Shalom III
	30	C.M.E.I. Drª. Zilda Arns Neumann
	31	C.M.E.I. Maria Zenita de Jesus
	32	C.M.E.I. Ildefonso Limirio Gonçalves
REGIÃO SUL POLO 4	33	C.E.I. Betesda Esperança
	34	C.M.E.I. José Cupertino de Paula
	35	C.M.E.I. Profª. Célia Maria Rocha Malta
	36	C.M.E.I. Profª. Cinthya Rodrigues Costa dos Santos
REGIÃO LESTE POLO 1	37	C.M.E.I. Profª. Leonor Marques Bastos Silva
	38	C.M.E.I. Profª. Dalva Maria Dias Trindade
	39	C.M.E.I. Paulo Freire
	40	C.E.I. Betesda Primavera

Art. 2º – A inscrição deverá ser realizada pelo pai/mãe ou responsável legal diretamente no CMEI/CEI do interesse da família em um dos polos escolhidos.

Art. 3º – Cada família participará do processo de inscrição com uma única Ficha Cadastral.

Art. 4º – O responsável pela criança, ao preencher a Ficha Cadastral, fará opção por dois CMEI's e/ou CEI's dentro do Polo/Setor escolhido, ficando ciente que caso haja possibilidade de vagas, será encaminhado para uma das unidades marcada como escolha ou para uma Unidade de Educação Infantil dentro do polo de inscrição.

Art. 5º – Será de responsabilidade dos pais/responsável legal da criança a apresentação da documentação comprobatória das informações prestadas na Ficha Cadastral. Caso esta documentação não seja apresentada, as informações contidas na Ficha Cadastral serão desconsideradas e, conseqüentemente, não pontuadas.



Art. 6º - As informações prestadas serão de inteira responsabilidade dos signatários, e, caso sejam inverídicas, os responsáveis por prestá-las responderão em conformidade com a legislação vigente.

§ 1º - A Secretaria Municipal de Educação, juntamente com a Câmara Técnica, em caso de suspeita ou denúncia, fará a revisão das inscrições/matriculas que não obedecerem aos critérios estabelecidos nesta Portaria e encaminhará ao responsável pela pasta da Secretaria Municipal de Educação para que este encaminhe ao Ministério Público.

§ 2º - Os casos de denúncias quanto às inscrições/matriculas que não obedecerem aos critérios estabelecidos nesta Portaria, sendo considerados inconsistentes, serão encaminhados para o Ministério Público para serem apurados e constatar, se necessário, crime de falsidade ideológica.

Art. 7º - O período de inscrições será aberto conforme disposto no art. 1º desta Portaria, devendo os pais e/ou responsáveis legais da criança apresentarem, no ato da inscrição, o original e a fotocópia dos seguintes documentos:

I - Certidão de Nascimento;

II - Cartão de vacina atualizado;

III - Comprovante de endereço atualizado;

IV - CPF dos pais ou responsáveis;

V - Apresentação do protocolo do visto de permanência - no caso de famílias estrangeiras.

Parágrafo Único - Quando a criança não possuir Certidão de Nascimento e/ou Cartão de Vacina atualizado, a inscrição e a matrícula não serão inviabilizados. No entanto, o Diretor da Unidade Escolar orientará aos responsáveis a contatar os órgãos competentes para emissão destes documentos.

Art. 8º - Além da apresentação dos documentos mencionados no art. 7º, a Ficha Cadastral deverá ser preenchida com as informações da família solicitante da vaga, as quais serão pontuadas conforme critérios de vulnerabilidade social comprovados e discriminados abaixo:

CME/CEE: _____		
ANEXO I		
PONTUAÇÃO DOS CRITÉRIOS DA FICHA CADASTRAL/2019		
Nome da Criança: _____		
Responsável Legal: _____		
Ordem Judicial Nº	Medida Protetiva Nº	
ITEM	CRITÉRIOS	PTOS
C1	CRIANÇA ORFÃ:	
	Criança orfã de mãe	7
C2	Criança orfã de pai	7
DEFICIÊNCIA:		
DF	Deficiência da Criança inscrita	7
C3	Deficiência da Mãe	6
C4	Deficiência do Pai	6
C5	Deficiente como único responsável pela família	6
C6	Irmão da criança inscrita com deficiência	5
ESCOLARIDADE DOS GENITORES OU RESPONSÁVEL LEGAL:		
C7	Pai- Analfabeto comprovado através do RG	1
C8	Mãe- Analfabeto comprovado através do RG	1
C9	Responsável legal - Analfabeto comprovado através do RG	1
PERFIL E COMPOSIÇÃO FAMILIAR:		

C10	Genitores ou responsável legal da criança com doença grave (comprovada por laudo médico) que impeça os mesmos de trabalharem ou cuidarem da criança	6
C11	Mãe ou responsável legal que trabalhe fora do âmbito do lar	6
C12	Avô Avó como único (a) responsável pela criança inscrita	2
C13	Possui irmão na mesma unidade de E.d. Infantil de 1ª opção	2
C14	Histórico de violência doméstica e familiar no domicílio da criança com documento comprobatório	7
C15	Caso de abuso sexual de menores na família mediante boletim de ocorrência	7
C16	Criança cuja mãe é adolescente, de acordo com o art. 2º do ECA - considera-se para efeitos desta Lei, adolescente entre doze e dezoito anos de idade	3
C17	Genitor (a) recolhido (a) no Sistema Prisional mediante documentação comprobatória	5
C18	Genitor (a) internado (a) em casa de recuperação mediante documentação comprobatória	5
C19	RENDA DA FAMÍLIA (PER CAPITA):	
	Renda per capita de até 1/5 do salário mínimo	13
	Igual ou inferior a meio salário mínimo	7
	Superior a meio salário mínimo e inferior a um mínimo, com um único responsável pela família	6
	Superior a meio salário mínimo e inferior a um salário mínimo	5
C20	ADEQUAÇÃO DE DOMICÍLIO:	
	Residência improvisada (lona, madeira, material reciclável e outros)	8
	Residência alugada mediante documentação comprobatória, (contrato, declaração de locação, juntamente com cópia do último IPTU)	7

Parágrafo Único: A criança que estiver cadastrada no sistema aguardando o surgimento de vaga e o encaminhamento para matrícula até o final do ano letivo de 2018, sem ter sido contemplada com vaga, terá direito a uma bonificação de **05 pontos**, mediante comprovação da data do cadastro.

Art. 9º - Os Critérios de Vulnerabilidade Social descritos no caput do Art. 8º serão comprovados mediante a apresentação dos seguintes documentos comprobatórios:

W	DOCUMENTOS COMPROBATORIOS
C1 C2	- Atestado de óbito do pai ou mãe da criança órfã;
DF C3 C4	- Laudo médico comprobatório da deficiência da criança inscrita; - Laudo médico comprobatório da deficiência dos genitores ou responsável legal;
C5 C6	- Laudo Médico comprobatório de irmãos da criança inscrita que possuem deficiência;
C7 C8 C9	- Cópia da carteira de Identidade com o registro de Analfabeto dos genitores da criança inscrita ou do responsável legal;
C10	Laudo Médico comprobatório de que a mãe ou pai da criança sofre de doença grave que impeça um dos dois de trabalhar;
C11	Cópia da Carteira de Trabalho constando a identificação do trabalhador e o contrato de trabalho com a página seguinte em branco com Contracheque atualizado ou Declaração do empregador juntamente com contracheque atualizado. Em caso de trabalhadora autônoma: declaração informando o tipo de atividade que realiza e a renda média no último mês, assinada pelo declarante e reconhecida firma em cartório;
C12	Declaração autenticada em cartório e reconhecida firma comprovando que os avós são responsáveis legais pela criança inscrita.
C13	Declaração da Unidade Escolar (na qual o irmão(a) da criança inscrita se encontra matriculador(a), com papel timbrado com nome endereço da instituição carimbo e assinatura do responsável pela Unidade Escolar.



C14	Documento comprobatório de que a mãe da criança encontra-se em situação de violência doméstica (Boletim de Ocorrência ou de relatório do CREAS);
C15	- Documento comprobatório de Abuso Sexual por meio de boletim de ocorrência;
C16	Documento de identificação civil da mãe da criança (para comprovação da idade);
C17	Declaração da Instituição na qual os genitores da criança se encontra recolhido no Sistema Prisional, com papel timbrado com nome endereço da instituição carimbo e assinatura do responsável pela instituição;
C18	Declaração da Instituição na qual os genitores da criança se encontra internado em casa de recuperação, com papel timbrado com nome endereço, telefone da instituição, carimbo e assinatura do responsável pela instituição. - Cópia da Carteira de Trabalho constando a identificação do trabalhador e o contrato de trabalho com a página seguinte em branco com Contracheque atualizado ou Declaração do empregador juntamente com contracheque atualizado; - Em caso de trabalhador autônomo: declaração informando o tipo de atividade que realiza e a renda média no último mês, assinada pelo declarante e reconhecida firma em cartório; - Em caso de beneficiário LOAS (Benefício de Prestação Continuada): apresentar comprovante de recebimento do Benefício por meio de Extrato Bancário atualizado; - Caso a família da criança inscrita tenha um membro aposentado que componha o grupo familiar, deverá apresentar o comprovante dos proventos do último pagamento (extrato bancário); - Desempregado (inclusive dona de casa): declaração de próprio punho informando a situação de desemprego e assinada pelo declarante, com firma reconhecida em cartório juntamente com a cópia da carteira de trabalho registrado a rescisão de contrato de trabalho, com a próxima folha em branco; - Para os casos de recebimento do Seguro Desemprego, apresentar também documentos referentes às respectivas parcelas recebidas; - Empregados, microempresários, sócio, cooperados devem comprovar renda através de: 1) Documento emitido por contador ou escritório contábil que conste as seguintes informações referentes aos últimos três meses: entrada bruta de recursos e pagamentos efetuados, incluindo o pró-labore e a divisão de lucros; - Famílias com outros rendimentos: 1) Rendimento de aluguel: apresentar cópia do contrato de aluguel; 2) Pensão alimentícia: extrato bancário até três meses anteriores a inscrição ou, declaração registrada em cartório do valor recebido mensalmente; 3) Rendimento de aplicação financeira: apresentar extrato bancário atualizado até três meses anteriores a inscrição. - Documento comprobatório da participação de menores a partir de 14 anos no mercado de trabalho conforme a Legislação Vigente. - Caso a família seja inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais, deverá solicitar junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social no site aplicacoes.mds.gov.br - consulta cidadão um documento comprobatório do cadastro (espelho); - Caso a família não apresente nenhum tipo de comprovação de renda, deverá comparecer à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social ou CRAS e se inscrever no Cadastro Único e apresentar o espelho na Unidade de Educação Infantil; - Cópia do contrato de aluguel ou declaração de locação assinada pelo proprietário do imóvel com endereço, valor do aluguel, CPF e assinatura com firma reconhecida em cartório, juntamente com cópia do último IPTU; - Comprovação pelo CRAS de residência improvisada (lona, madeira, material reciclável e outros)
C19	
C20	

§ 1º - A equipe gestora da Unidade de Educação Infantil será responsável pelo preenchimento da Ficha Cadastral (online) e recebimento/conferência da documentação (física) comprobatória.

§ 2º - É de responsabilidade de cada Unidade de Educação Infantil a entrega do comprovante de inscrição aos pais e/ou responsáveis legais no ato da mesma.

Art. 10 - As informações constantes no Cadastro Único serão lançadas no Sistema informatizado da Secretaria Municipal de Educação (portaleducacao.anapolis.go.gov.br) o qual fará a classificação e o encaminhamento das crianças para efetivação da matrícula.

CRITÉRIOS PARA PREENCHIMENTO DAS VAGAS

Art. 11 - As vagas serão distribuídas observando-se os

seguintes critérios:

I - Ordem Judicial;

II - Crianças pertencentes à famílias em situação de maior vulnerabilidade social;

III - Atendidos os casos previstos nos incisos anteriores, as vagas remanescentes serão preenchidas conforme a pontuação obtida com base na análise socioeconômica declarada nas informações prestadas na Ficha Cadastral.

Art. 12 - Os critérios para análise e definição da maior vulnerabilidade das famílias inscritas são:

I-Criança em situação de acolhimento Institucional;

II-Criança órfã de mãe ou pai;

III-Criança inscrita com deficiência comprovada através de laudo médico;

IV-Famílias com renda per capita igual ou inferior a 1/5 do salário mínimo.

V-Existência de doença em um dos genitores (mãe ou pai) que os impeçam de cuidar da criança inscrita;

VI-Crianças cuja mãe ou único responsável legal trabalhe fora do âmbito do lar;

VII-Moradia insalubre;

VIII-Histórico de violência doméstica e/ou abuso sexual na família;

IX-Caso de drogadição na família;

X-Criança filha de mãe adolescente;

XI-Criança com pai/mãe ou responsável legal deficiente;

XII-Avós como únicos responsáveis pela criança inscrita;

XIII-Genitores da criança inscrita no sistema prisional ou internado em casa de recuperação;

XIV-Genitores ou responsáveis legais em situação de analfabetismo;

XV-Famílias atendidas pelo CRAS, CREAS e CAPS Social;

CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Art. 13 - Havendo empate na soma dos critérios de vulnerabilidade social, serão considerados os seguintes critérios (por ordem de importância) para desempate:

I - A criança mais velha;

II - Família que apresentar menor renda;

III - Famílias acompanhadas pelo CRAS, CREAS, CAPS ou outros;

IV - Criança com maior tempo de inscrição no Cadastro de Solicitação de Vagas;

Parágrafo Único - Caso persista o empate, a Câmara Técnica ficará responsável pela visita e definição da criança que ocupará a vaga.

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

Art. 14 - A ordem de classificação se dará conforme a maior pontuação obtida na análise socioeconômica declarada nas informações prestadas na Ficha Cadastral.

CÂMARA TÉCNICA

Art. 15 - A Câmara Técnica é um órgão colegiado consultivo, deliberativo e fiscalizador do processo de matrículas na Educação Infantil, resguardando os princípios constitucionais, as normas legais e as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, devendo zelar pela transparência de todo o processo de inscrição e matrícula, bem como garantir o sigilo das informações pessoais das crianças.



Art. 16 – Além do previsto no parágrafo único do art. 13 desta Portaria, a Câmara Técnica também será responsável por:

I – Realizar a análise e validação dos encaminhamentos feitos pela Promotoria Pública, autoridade judiciária, CRAS, CREAS, CAPS Social e Conselho Tutelar (famílias acompanhadas por violação de direitos);

II – Fazer o encaminhamento da criança à Unidade de Educação Infantil quando do surgimento da vaga nos termos do art. 17 desta Portaria.

Art. 17 – As vagas que surgirem no decorrer do ano letivo deverão ser informadas, via ofício e no prazo de 03 (três) dias úteis, à Câmara Técnica pelo Diretor e/ou Coordenador Geral da Unidade de Educação Infantil.

§ 1º – A Câmara Técnica será responsável por convocar os pais/responsáveis legais da criança para retirar o documento de encaminhamento para efetivação da matrícula na vaga para a qual foi contemplada, respeitando a ordem de classificação do cadastro.

I – A Câmara Técnica tentará contato com a família, via telefone, por 03 (três) dias consecutivos e em horários alternados. Caso a família não atenda as ligações, a criança permanecerá na lista de espera sendo convocado o próximo classificado.

§ 2º – Após o contato da Câmara Técnica, os pais/responsáveis legais terão 02 (dois) dias úteis para atender à convocação para a retirada do documento de encaminhamento à vaga.

§ 3º – De posse do documento de encaminhamento da vaga, os pais/responsáveis legais terão 02 (dois) dias úteis para comparecer à Unidade de Educação Infantil e efetivar a matrícula.

§ 4º – A Câmara Técnica deverá registrar no sistema online, no campo das observações, as ocorrências com data e hora referente ao contato telefônico com os pais/responsáveis legais, inclusive nos casos de desistência da vaga e não comparecimento da convocação.

Art. 18 – A Câmara Técnica terá a seguinte composição:

I – Membros da Secretaria Municipal de Educação:

a) 02 representantes da Gerência de Educação Infantil;

b) 02 representantes da Gerência de Inspeção, Administração e Estatística;

c) 01 representante do SIGE.

II – 01 membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes;

III – 01 representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (CRAS – de acordo com a região);

IV – 01 representante do Conselho Tutelar (conforme a região);

V – 01 representante do Conselho Municipal de Educação;

VI – 01 representante de diretores da Rede Municipal de Ensino – Educação Infantil (de acordo com o Polo de inscrição).

Art. 19 – Havendo empate nas decisões da Câmara Técnica, o chefe da pasta da Secretaria Municipal de Educação será responsável pelo voto de desempate.

DIVULGAÇÃO

Art. 20 – A Secretaria Municipal de Educação será responsável pela divulgação na mídia do processo de distribuição de vagas, ficando o Diretor de cada Unidade Escolar responsável pela apresentação e divulgação desta Portaria a toda a comunidade educativa, em data antecedente ao início deste processo.

Art. 21 – É de responsabilidade do Diretor de cada Unidade de Educação Infantil informar a comunidade educativa sobre o trâmite do processo de matrícula.

Art. 22 – A divulgação dos contemplados com vaga ocorrerá no dia **21/01/2018**, nos Polos de inscrição, onde serão afixadas as listas com os resultados.

Parágrafo Único – É de responsabilidade dos pais/responsáveis legais consultar a classificação da criança nos sites citados no art. 9º desta Portaria ou na Unidade de Educação Infantil na qual realizou a inscrição.

Art. 23 – A equipe gestora da Unidade Escolar deverá divulgar para os pais/responsáveis legais a posição da criança na lista de espera.

ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS

Art. 24 – Para o ano letivo de 2019, a Rede Municipal de Ensino de Anápolis atenderá os seguintes grupos de Educação Infantil – modalidade creche (berçário, maternal I e II):

GRUPO	IDADE DA CRIANÇA	NÚMERO DE CRIANÇAS POR GRUPO
Berçário	Crianças com 01 ano completo ou a completar 01 ano até 31/03/2019	10
Maternal I	Crianças com 02 anos completos ou a completar 02 anos até 31/03/2019	15
Maternal II	Crianças com 03 anos completos ou a completar 03 anos até 31/03/2019	15

§ 1º – A data de referência para o cálculo das idades na Educação Infantil será 31/03 do ano da matrícula. Só será admitido o ingresso de crianças a partir de 01 (um) ano de idade completo ou a completar até 31/03 do respectivo ano.

§ 2º – O número de crianças poderá diminuir de acordo com a metragem da sala de atividades.

VAGA COMPULSÓRIA

Art. 25 – No período de inscrição previsto no art. 1º desta Portaria, caso haja vaga, esta será assegurada, em caráter compulsório, às crianças sob Medida de Proteção, de acordo com o art. 98, da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observando-se:

I – A garantia da vaga em caráter compulsório será efetivada mediante apresentação, no ato da inscrição, de documento expedido pela Promotoria Pública do Município, pelo Juizado da Infância e Juventude, podendo a criança ser encaminhada por esses órgãos.

II – O documento mencionado no inciso I deste artigo deverá ser referendado pela Câmara Técnica e registrado em ata.

III – A aplicação da Medida Protetiva refere-se à família, portanto deve incluir todas as crianças que estejam na faixa etária da Educação Infantil, inscritas numa mesma ficha.

IV – Ao longo do ano letivo, as crianças com Medida Protetiva que procurarem a Unidade de Educação Infantil, não havendo vaga, integrarão a lista de espera com prioridade de classificação.

REMATRÍCULA

Art. 26 – A criança que frequentar regularmente a Unidade de Educação Infantil até o final do ano letivo de 2018, estará automaticamente rematriculada para o ano letivo de 2019 na mesma Unidade.

Parágrafo Único – Os pais e/ou responsável legal pela criança rematriculada deverão comparecer na Unidade de



Educação Infantil para apresentação do cartão de vacina atualizado ou justificativa médica, bem como atualização e assinatura dos dados cadastrais.

TRANSFERÊNCIA

Art. 27 – Para o ano de 2019, a transferência será normatizada por meio de Portaria específica, assinada pelo responsável pela pasta da Secretaria Municipal de Educação.

IRMÃOS GÊMEOS

Art. 28 – No caso de irmãos gêmeos, sempre que houver vaga (nos termos do art. 10 desta Portaria) para um dos irmãos, a vaga também será garantida ao outro.

DA FREQUÊNCIA

Art. 29 – No ano letivo de 2019, a criança que não comparecer à Unidade de Educação Infantil – modalidade creche (berçário, maternal I e II), sem justificativa dos pais ou responsáveis legais, por 10 (dez) dias consecutivos ou 40 (quarenta) dias alternados durante o ano, perderá o direito à vaga.

§ 1º - O afastamento da criança motivado por situações particulares poderá ser concedido pela Direção da Unidade de Educação Infantil, com prazo limite de até 30 (trinta) dias, devendo ser comunicado pela família com antecedência e por escrito.

§ 2º - No caso de tratamento de saúde da criança a vaga ficará resguardada desde que o atestado seja apresentado até o quinto dia de ausência na Unidade Escolar.

§ 3º - Para criança atendida em período integral os critérios de frequência definidos no caput deverão ser respeitados nos dois períodos.

MATRÍCULAS

Art. 30 – As matrículas na Educação Infantil – modalidade creche (berçário, maternal I e II) serão realizadas de **22/01/2019 a 25/01/2019**, na Unidade de Educação Infantil em que foi contemplado com a vaga.

Parágrafo Único – É de responsabilidade dos pais/responsáveis legais a efetivação da matrícula dentro do prazo estipulado no caput deste artigo.

DA EDUCAÇÃO INFANTIL – MODALIDADE PRÉ-ESCOLA (JARDIM I E II)

Art. 31 – A Rede Municipal de Educação atenderá a Educação Infantil – modalidade Pré-Escola (Jardim I e II), tendo como data de referência para o cálculo da idade 31/03 do ano da matrícula, conforme Resolução CNE/CEB Nº 06/2010.

Parágrafo Único – Só será admitido o ingresso de crianças na Pré-Escola a partir de 04 (quatro) anos completos ou a completar até 31/03/2019, conforme quadro abaixo:

Unidade	Idade da criança	Número de crianças por grupo
Jardim I	Crianças com 04 anos completos ou a completar 04 anos até 31/03/2019	25 crianças
Jardim II	Crianças com 05 anos completos ou a completar 05 anos até 31/03/2019	25 crianças

Art. 32 – Considerando que a Educação Infantil não é pré-requisito para o ingresso no Ensino Fundamental, não será admitida a permanência de crianças em um mesmo grupo de um ano para o

outro (repetir o grupo).

Art. 33 – O atendimento a Educação Infantil - Modalidade Pré-Escola (Jardim I e II) será oferecido exclusivamente em período parcial.

Art. 34 – A criança com deficiência terá direito a vaga na Unidade de Educação Infantil mais próxima de sua residência. Para garantir tal direito, após a realização da Pré-Matricula, a família deverá apresentar na Unidade de Educação de 1ª opção, a documentação comprobatória da deficiência da criança (laudo médico com CID) expedida por um profissional da saúde.

Art. 35 – O responsável fica ciente que caso a criança não consiga a vaga na Unidade Escolar de sua preferência, será disponibilizada uma vaga em outra Unidade do setor.

Art. 36 – A efetivação de matrículas na Educação Infantil modalidade Pré-Escola (Jardim I e II) nas Unidades Escolares/CMEI's/CEI's será no período de **14/12/2018 a 21/12/2018**.

Art. 37 – No ano letivo de 2019, caso a criança não compareça à Unidade Escolar, sem justificativa dos pais e/ou responsáveis, por 10 (dez) dias consecutivos ou 40 (quarenta) intercalados, serão notificados os órgãos competentes (Conselho Tutelar, CRAS, Ministério Público) para devidas providências.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38 – Na modalidade Creche (berçário, maternal I e II) o atendimento acontecerá em período integral.

Art. 39 – Do dia 1º ao dia 10 de cada mês a família que não fez inscrição dentro do prazo previsto no art. 1º desta Portaria, poderá comparecer ao Polo e realizar inscrição.

Parágrafo Único – Em caso de mudanças nas condições socioeconômicas informadas no Cadastro inicial de inscrição, a família poderá solicitar, dentro do prazo especificado no caput deste artigo, a alteração das informações cadastrais.

Art. 40 – A Lista de Espera se movimentará de acordo com os casos de vagas compulsórias e vulnerabilidades sociais pontuadas constatadas no decorrer do ano.

Art. 41 – Para as crianças pertencentes a famílias que não foram classificadas como vulneráveis, a distribuição das vagas será conforme a pontuação obtida por meio das informações prestadas na Ficha Cadastral.

Art. 42 – É de responsabilidade dos Diretores das Unidades de Educação Infantil, da Câmara Técnica e da Secretaria Municipal de Educação fazer cumprir esta portaria.

Art. 43 – Para o ano de 2019, os dados cadastrados das famílias em anos anteriores serão aproveitados. As crianças que se encontram na lista de espera serão alocadas automaticamente pelo sistema online nos grupos de acordo com a idade, mantendo a pontuação obtida com os critérios elencados nas Portarias nºs 044 e 051/2017, não sendo necessário um novo cadastro da família ou alteração cadastral, permanecendo assim a pontuação obtida nos critérios em anos anteriores.

Art. 44 – A Câmara Técnica e a Secretaria Municipal de Educação serão responsáveis por resolver os casos omissos.

Art. 45 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias, em especial as Portarias nºs 044 e 051/2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, em 05 de novembro de 2018.

ALEX DE ARAÚJO MARTINS
Secretário Municipal de Educação



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE ANÁPOLIS**

Número do Processo: 047/18.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA. PROCEDIMENTOS GERAIS
RELACIONADOS A MATRÍCULAS E LISTA DE ESPERA POR
VAGAS NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO
INFANTIL (CEMEIs). OBSERVÂNCIA DO REGIMENTO
INTERNO OBSERVÂNCIA DA LEI ORGÂNICA.
CONSTITUCIONALIDADE

1 – RELATÓRIO

Trata-se de propositura de autoria do Vereador Lélío Alvarenga que “dispõe sobre procedimentos gerais relacionados a matrículas e lista de espera por vagas nos Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIs)”.

2 – FUNDAMENTAÇÃO

O art. 30, I, da Constituição Federal de 1988, determina que os Municípios podem legislar sobre temas de interesse local. Como é justamente isso o que a presente proposição faz, inexistente a chamada inconstitucionalidade formal orgânica, que é aquela que incide quando um ente federativo não observa a competência de outro ente para criar normas acerca de uma matéria.

Além disso, a Lei Orgânica de Anápolis não exige que o processo legislativo versando sobre o assunto seja deflagrado pelo Prefeito (art. 54). Isso significa que não incide no Projeto a inconstitucionalidade formal subjetiva, pois a competência para iniciá-la é concorrente entre esta autoridade e a Câmara dos Vereadores. Também nada impede que a população exerça o direito de apresentar proposição versando sobre o tema (art. 56).

Por fim, a forma escolhida, qual seja, propositura de Lei Ordinária, é correta, pois não há necessidade de mudança na Lei Orgânica do Município (art. 48 desse Diploma Legal), não houve delegação legislativa (art. 51) e a matéria não se apresenta entre aquelas que devem ser regulados por Lei Complementar (art. 49), nem por Decreto Legislativo (art. 62) e nem por Resolução (art. 64).

3 – CONCLUSÃO

Palácio de Santana, Praça 31 de julho,
S/N, Centro, Anápolis-GO
CEP: 75025-040

anapolis.go.leg.br



**CÂMARA
MUNICIPAL**
DE ANÁPOLIS

Ante o exposto, tendo em vista que foram observados os preceitos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município de Anápolis e do Regimento Interno da Câmara dos Vereadores, o Vereador que abaixo subscreve vota **FAVORAVELMENTE** à regular tramitação da proposição de Lei Ordinária aqui discutida.

É o parecer.

Anápolis, 10 de dezembro de 2019.

Vereador Jean Carlos

IBRG/DL/10-12-2019

Palácio de Santana, Praça 31 de julho,
S/N. Centro, Anápolis-GO
CEP: 75025-040

anapolis.go.leg.br

Encaminhe-se à comissão de
Educação, Ciência e Tecnologia
em _____
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS

ESTADO DE GOIÁS

**CÂMARA
MUNICIPAL**
DE ANÁPOLIS

Gabinete do Vereador, em 08 de dezembro de 2020.

Excelentíssima. Senhora
Presidente **THAIS SOUZA**
Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Nesta.

Ilustre Senhora,

Vimos por meio deste solicitar de V. Exa. que ultime providências, conforme prescreve o Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando um parecer jurídico quanto da aplicação do projeto de lei ordinária do nobre Vereador Lélío Alvarenga que Dispõe sobre procedimentos gerais relacionados a matrículas e lista de espera por vagas nos Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIs).

Sendo o que se nos apresenta para o momento e na certeza do pronto atendimento do pedido estampado nas linhas volvidas, subscrevemo-nos com apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,



Jakson Charles
Vereador



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS

Data: 08/02/2021
Hora: 09:39

03.99.03 Capa Vazada com Rodapé

Assunto: Outros Assuntos da Prefeitura de Anápolis

Documento Origem:

Nome do Usuário: JULIO HENRIQUE QUEIROZ DE GODOI

Hora: 09:39:41

Nº Processo: 000004846/2021 **Dt Abertura:** 08/02/2021

Tipo Documento: Elaboração de Projeto de Lei

Procedência: Procuradoria Geral do Município

Interessado: 193696-PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS

CNPJ: 01.067.479/0001-46 **CPF:**

Resumo Assunto:

PROJETO DE LEI, DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTOS GERAIS RELACIONADOS A MATRÍCULAS A LISTA DE ESPERA POR VAGAS DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEMEIs).

Use os dados abaixo para validar este documento:

Autenticação: 19D7.0469.D579.FB58.F968.9722.E835.95D3

Consultar em: <https://portaldocidadao.anapolis.go.gov.br/entrar.html>

Validade: 365 dia(s).



Nº Processo: 000004846/2021 **Dt Abertura:** 08/02/2021

Tipo Documento: Elaboração de Projeto de Lei

Procedência: Procuradoria Geral do Município

Interessado: 193696-PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPOLIS

CNPJ: 01.067.479/0001-46 **CPF:**

Use os dados abaixo para validar este documento:

Autenticação: 19D7.0469.D579.FB58.F968.9722.E835.95D3

Consultar em: <https://portaldocidadao.anapolis.go.gov.br/entrar.html>

Validade: 365 dia(s).





**CÂMARA
MUNICIPAL**
DE ANÁPOLIS

Ofício nº 096/2020 – RSM/ DL/CP

Recebi em 01/02/21.

Autu-se.

Letícia S. S. Simões
Diretora de Processo Legislativo
Procuradoria Geral do Município
de Anápolis - GO

Anápolis, 08 de dezembro de 2020.

À Vossa Senhoria
CARLOS ALBERTO FONSECA
Procurador Geral do Município
Avenida Brasil, 200 - Centro
Nesta.

047/2018
I - R. HOJE
II - A I. DIÁRIO
Carlos Alberto Fonseca
Procurador-Geral do Município
01/02/2021

Assunto: Solicitação de informações

Prezado Procurador,

Ao cumprimentá-lo, venho mui respeitosamente perante a Vossa Senhoria, expor e requerer o que segue:

Considerando a tramitação do projeto de lei ordinária nº 047/2018, de autoria do Vereador Lélío Alvarenga que Dispõe sobre procedimentos gerais relacionados a matrículas e lista de espera por vagas nos Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIs).

Considerando que na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o relator nomeado, Vereador Jean Carlos, apresentou seu parecer favorável a regular tramitação da matéria.

Considerando que o Vereador Jakson Charles, membro titular da CCJR, solicitou do Presidente desta Comissão que encaminhe um pedido a esta conceituada Procuradoria Geral do Município um parecer jurídico sobre essa matéria em tramitação nesta Casa de Leis.

Ante o exposto, venho por meio deste, atendendo pedido requerido pelo membro titular Vereador Jakson Charles, solicitar um parecer jurídico da aplicação desta propositura na esfera do Município.

Desta forma, os membros titulares da CCJR poderão manifestar os seus votos quanto ao mérito da propositura em apreciação nesta Comissão.

Sendo o que se nos apresenta para o momento e na certeza do pronto atendimento do pedido estampado nas linhas volvidas, subscrevemo-nos com apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Leandro Ribeiro da Silva
Leandro Ribeiro da Silva
= Presidente =
Câmara Municipal de Anápolis

Thais Souza
Thais Souza
= Presidente =
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE ANÁPOLIS**

PROJETO DE LEI N° _____, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

Vereador Lélvio Alves de Alvarenga

Dispõe sobre Procedimentos Gerais Relacionados a Matrículas e Lista de Espera por Vagas nos Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIs).

A CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL DE ANÁPOLIS, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica instituída, no Município de Anápolis, uma fila única para atendimento das crianças nos CMEIs - Centros Municipais de Educação Infantil.

DAS INSCRIÇÕES

Art. 2º- As inscrições serão realizadas pelos pais ou responsável do menor na sede da Secretaria de Educação ou através de site de internet Institucional, mediante a apresentação ou preenchimento de dados dos seguintes documentos:

- I- Certidão de Nascimento da criança cadastrada;
- II- Cédula de Identidade da criança cadastrada se houver;
- III- Carteira de Vacinação atualizada;
- IV- Comprovante de residência no Município de Anápolis em nome do pai, mãe ou responsável legal;
- V- Comprovante judicial de guarda, sendo o caso;
- VI- Laudo Médico da criança deficiente;
- VII- Documento que comprove participação no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal, sendo o caso;
- VIII- Apresentação do protocolo do visto de permanência para famílias estrangeiras;

§1º No ato da inscrição o responsável deverá constar em quais CEMEIs possui interesse para realização da matrícula, podendo indicar no máximo (02) dois CEMEIs;

§2º Após a realização da matrícula, o responsável só poderá pedir a transferência para outra unidade transcorrido o prazo de (1) um ano;

§3º A criança que já esteja matriculada em algum dos CMEIS poderá solicitar transferência desde que haja vaga no CMEI solicitado. Em não havendo vagas, a mesma ingressará no final da fila de espera para nova vaga.

§4º Poderão ocorrer permutas de vagas entre os CMEIs desde que de comum acordo entre os pais ou responsáveis legais pela criança;

§5º Em caso da abertura de vaga os pais ou responsáveis legais (terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestar interesse;

§6º Em caso de não manifesto do responsável no prazo estipulado no parágrafo 5º, a criança será automaticamente desvinculada da fila.

Art. 3º- Quando do surgimento de uma nova vaga, o CMEI ficará responsável de comunicar a Secretaria de Educação, que acionará o próximo da fila.

DA TRANSPARÊNCIA

Art. 4º- A publicação da fila de espera para vagas na Educação Infantil no âmbito do Município se dará por meio do Órgão Oficial de Transparência, conforme os preceitos estabelecidos na Lei Municipal Nº 225 de 2 de Junho de 1997, de forma irrestrita e pública.

Parágrafo Único: Na lista divulgada deverão constar os seguintes dados:

- I- Nome da criança;
- II- Data de nascimento;
- III- Data da solicitação da vaga;
- IV- CMEI(s) selecionado(s);
- V- Legenda de prioridade;

DAS PRIORIDADES

Art. 5º- São critérios estabelecidos para pleitear prioritariamente as vagas:

- I- Criança portadora de necessidades especial;
- II- Criança em situação de vulnerabilidade;
- III- Mães que exercem atividade laborativa, devidamente comprovado;
- IV- Renda Per Capita da família não superior a 02(dois) salários mínimos;
- V- Prioridade para as crianças que residem próximo ao CEMEI solicitado;
- VI- Ordem cronológica;

Justificativa

O presente projeto tem por finalidade facilitar o cadastro para matrícula, além de garantir modernidade e transparência para quem busca uma vaga na Educação Infantil do Município.

Destaca-se a necessidade premente de, cada vez mais, o Poder Público implementar maior transparência nos serviços ofertados à população, conforme dispõe a Lei sobre acesso a informações da administração.

Essa nova opção ainda tem o objetivo de realizar as matrículas, proporcionando agilidade e clareza no preenchimento das vagas da educação infantil, visando maior igualdade de acesso e qualidade dos serviços prestados pelo Município, bem como dar prioridade as pessoas que realmente necessitam de tais vagas e que não tem condições financeiras de pagar uma pessoa para cuidar de seus filhos, em função da renda ser insuficiente;

Portanto, o presente projeto visa principalmente evitar que as listas de espera dos CMEIs sejam burladas com as famosas brechas, dando oportunidade para aqueles que não ingressaram na fila de espera e conseguem a vaga no CMEIs.

Lélio Alvarenga
Vereador da Câmara Municipal de Anápolis



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

PROCESSO: 000004846/2021

INTERESSADO: MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS

ASSUNTO: CONSULTA JURÍDICA DIRECIONADA À PGMA ACERCA DE PROPOSTA LEGISLATIVA

PARECER LEGISLATIVO Nº 007/2021.

CONSULTA ACERCA DA APLICAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 047/2018 NO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS, QUE DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTOS GERAIS RELACIONADOS A MATRÍCULA E LISTA DE ESPERA POR VAGAS NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

I – RELATÓRIO

Aportaram os autos nesta Procuradoria Geral do Município de Anápolis em 01 de fevereiro de 2021, tratando-se de Consulta Jurídica direcionada pela i. Presidência da Câmara Municipal dos Vereadores do Município de Anápolis, acerca da aplicação do Projeto de Lei nº 047/2018, no âmbito do Município de Anápolis, a qual dispõe sobre procedimentos gerais relacionados a matrícula e lista de espera por vagas nos Centros Municipais de Educação Infantil.

É o necessário relato. Passa-se à apreciação jurídica.

II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

2.1- DA CONSTITUCIONALIDADE E DA LEGALIDADE

É cediço que à Procuradoria-Geral do Município de Anápolis compete, dentre outras atribuições, exercer as atividades de consultoria jurídica e de assessoramento ao Poder Executivo, de acordo com o art. 3º, I, II e VII, da Lei Complementar Municipal nº 144/2007.

A presente iniciativa, institui no Município de Anápolis, uma fila única para atendimento das crianças nos CMEIs-Centros Municipais de Educação Infantil.

A Carta Magna em seu artigo 6º, versa sobre os direitos sociais, quais sejam, educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e assistência aos desamparados.

No procedimento prévio de controle de constitucionalidade estruturado no âmbito da produção legislativa municipal, de um modo geral, aprecia-se a legalidade e constitucionalidade do projeto de lei sobre três perspectivas elementares: I) a matéria legislativa proposta deve se encontrar entre aquelas autorizadas pela CF/88 aos Municípios; II) se foi respeitada a rígida observância das preferências quanto à iniciativa para proposição prevista pela ordem jurídico-constitucional; III) a possibilidade de violação por parte da matéria legislativa proposta à direitos fundamentais ou instituições tuteladas por regras ou princípios constitucionais.

Com relação ao projeto de lei que ora se aprecia (Projeto de Lei nº 047 de 16 de fevereiro de 2018), trata-se da disposição sobre os Procedimentos Gerais Relacionados a Matrículas e Lista de Espera por vagas nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), com o fulcro sobretudo em instituir no Município de Anápolis a fila única para atendimento das crianças.

Procuradoria
Geral do Município



ANÁPOLIS
Orgulho de viver aqui



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Justifica-se pela necessidade de se estabelecer critérios de análise para a efetivação de preenchimento de vagas na rede municipal de ensino infantil da cidade, tomando mais efetivo e célere o processo de entrada das crianças na rede Municipal de Ensino Público Infantil.

O objeto de que trata o incluso projeto de lei, no entendimento dessa Procuradoria Geral, enquadra-se perfeitamente nas autorizações para legislar franqueadas aos Municípios no âmbito dos incisos I e II, do art. 30, c/c o inciso X, do art. 23, ambos da CF/88. Trata-se da instituição de política pública, na área de educação infantil, com o objetivo de melhorar o mecanismo de cadastramento e distribuição de vagas em creches municipais, fixando-se critérios por meio dos quais se busca favorecer os segmentos mais vulneráveis da população local.

Percebe-se, pois, que a propositura de serve da competência legislativa genérica disposta nos incisos I e II, do art. 30, da CF/88, para se desincumbir parcialmente da competência material/administrativa imposta a todos os entes federados através do inciso X, do art. 23, da CF/88, quando estabeleceu ser da competência comum à União, os Estados, o Distrito Federal, e os Municípios: **combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.**

Ora, nos parece evidente que o conteúdo da propositura se volta de modo objetivo para a realização do núcleo normativo disposto pelo inciso X, do referido art. 23, da CF/88. Desse modo, não resta dúvida para esta Consultoria acerca da competência reconhecida pela Constituição Federal para, que o Município possa legislar sobre a matéria tratada pelo projeto em tela.

Concomitantemente, o artigo 7, inciso XXV, dispõe sobre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, *in verbis*:

Art. 7º. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;

(...) (grifo nosso)

Urge pontuar, que o artigo 211, § 2º, da Lei Suprema, versa sobre o regime de colaboração de ensino entre a União, os Estados o Distrito Federal, e os Municípios, nestes termos:

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

(...)

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

(...) (grifo nosso)

Conclui-se que, a educação infantil representa prerrogativa constitucional indisponível, que, pelo seu caráter fundamental, visa assegurar às crianças, seu desenvolvimento integral, e além disso funciona também como primeira etapa do processo de educação básica, assim sendo, o atendimento em creche e o acesso à pré-escola, é medida de extrema relevância social.



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

O Estatuto da Criança e Adolescente (Lei federal n. 8.069 de 1990), em seu artigo 54, dispõe sobre os deveres do Estado, dentre eles, garantir que a criança de zero até cinco anos de idade, tenha o devido atendimento em creche e pré-escola, e no artigo 86, aduz sobre a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Vejamos:

Art. 54. *É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:*

(...)

V – *atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade*

Art. 86. *A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.*

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei federal n. 9.394 de 1996), em seu artigo 11, inciso V, versa sobre a competência do Município de materializar o acesso à creche, à pré-escola e ao ensino fundamental, *in verbis*:

Art. 11. *Os Municípios incumbir-se-ão de:*

(...)

V - *oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.*

(...)

A Lei Federal nº 13.005 de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014 a 2024, aduz sobre Metas e Estratégias, para a educação infantil, nestes termos:

Meta 1: *universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.*

(...)

1.14) *fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;*

(...)

Por todo exposto, conclui-se que a presente iniciativa, mostra-se conveniente ao Município de Anápolis, pois confere efetividade no plano municipal ao comando imposto a todos os entes federados e Poderes estatais por força do inciso IV, do art. 208, que estabelece que O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...) IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; e pelo § 2º, do art. 211, ambos da CF/88, que fixou que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. (...) 2º - Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Noutro vértice, há que se pontuar que o Chefe do Executivo Municipal possui prerrogativa exclusiva para iniciar o processo legislativo quando se trata de matéria dessa natureza, em face do previsto pelos incisos XII do art. 81 da Lei Orgânica do Município de Anápolis: "Ao Prefeito compete privativamente: XII - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da lei."

Ora, o projeto de lei em questão trata de política pública que deverá ser coordenada e instituída pela Secretaria Municipal de Educação, não havendo dúvidas em relação a essa matéria, quanto à competência privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal para iniciar o processo legislativo — o que deve ser observado por esta Egrégia Casa de Leis.

III – DA CONCLUSÃO

Ante ao exposto, com base nos fundamentos expostos, a Procuradoria Geral do Município orienta pela devolução dos autos à ilustre Presidência da Câmara Municipal de Anápolis, tendo em vista a caracterização de inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa (art. 61, § 1º da CF/88; LOMA art. 81 inc. XII).

É o parecer, salvo melhor juízo.

Remetam-se os autos à i. Câmara Municipal de Anápolis, para fins de conhecimento.

PROCURADORIA – GERAL DO MUNICÍPIO, Anápolis – GO, aos nove dias do mês de fevereiro de 2021.


LETÍCIA STEPHANIE SOUSA SIMÕES
DIRETORA DE PROCESSO LEGISLATIVO


CARLOS ALBERTO FONSECA
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Procuradoria Geral do Município
Av. Brasil, nº 200, Centro - 75075-210
e-mail: gabineteprocuradoria@anapolis.go.gov.br



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE ANÁPOLIS**

Número do Processo: 47/18.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA. PROCEDIMENTOS
GERAIS RELACIONADOS A MATRÍCULAS E LISTA DE
ESPERA POR VAGAS NOS CENTROS MUNICIPAIS DE
EDUCAÇÃO INFANTIL (CEMEIs).

1 - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária de autoria do Vereador Lélío Alvarenga que “dispõe sobre procedimentos gerais relacionados a matrículas e lista de espera por vagas nos Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIs)”.

2 – FUNDAMENTAÇÃO

O processo legislativo, segundo Pedro Lenza (Direito Constitucional Esquematizado, 21. ed., 2017, p. 613), “consiste nas regras procedimentais, constitucionalmente previstas, para a elaboração das espécies normativas, regras estas a serem criteriosamente observadas pelos ‘atores’ envolvidos no processo”. O mesmo doutrinador o divide em 3 fases, quais sejam: iniciativa, constitutiva e complementar.

O que nos importa é a primeira delas. Existe, em nosso ordenamento jurídico, algumas hipóteses, como a geral, em que a Constituição Federal de 1988 atribui competência para iniciar o processo legislativo a uma gama de pessoas e órgãos (art. 61); e a privativa, que é aquela em que somente determinada autoridade, de forma exclusiva, pode deflagrá-lo.

Em relação a esse ponto, é importante dizer que as escolas municipais são órgãos públicos. Pois bem, a Constituição do Estado de Goiás estipula, em seu art. 77, V, que compete privativamente ao Prefeito dispor sobre a estruturação, atribuição e funcionamento dos órgãos da administração municipal.

O Supremo Tribunal Federal já teve a oportunidade de discutir a questão e decidiu da seguinte forma:

É indispensável a iniciativa do Chefe do Poder Executivo (mediante projeto de lei ou mesmo, após a EC 32/01, por meio de decreto) na elaboração de normas que de alguma forma remodelam as atribuições de órgão pertencente à



**CÂMARA
MUNICIPAL**
DE ANÁPOLIS

estrutura administrativa de determinada unidade da Federação" (STF, ADI nº 3.254-ES, Tribunal Pleno, Rel. Min. Ellen Gracie, 16-11-2005, v.u., DJ 02-12-2005, p. 02).

Além disso, a Lei Orgânica do Município de Anápolis determina que compete privativamente ao Prefeito a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre organização administrativa e estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública municipal (art. 54, IV e V).

Sendo assim, o assunto não pode ser tratado por ato normativo de iniciativa da Câmara dos Vereadores; caso contrário, incorreria na chamada inconstitucionalidade formal subjetiva. Isso, pois, como exposto, a competência para deflagrar o processo legislativo versando sobre o assunto é do Chefe do Poder Executivo.

3 – CONCLUSÃO

Ante o exposto, em que pese a nobre intenção, tendo em vista que não foram observados os preceitos da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Município de Anápolis e com base no Parecer Legislativo nº 007/21 da Procuradoria Geral do Município de Anápolis, o Vereador que abaixo subscreve:

- 1) **DÁ O VOTO EM SEPARADO DESFAVORÁVEL** ao Projeto aqui discutido;
- 2) **SOLICITA O ARQUIVAMENTO** da propositura, uma vez que foi apresentada na legislatura anterior e o autor não se encontra mais nesta Casa.

É o parecer.

Anápolis,

de

de 2021.


Jackson Charles
Vereador

IBRG/PARECER Nº 32/11-02-2021

Palácio de Santana, Praça 31 de julho,
S/N, Centro, Anápolis-GO
CEP: 75025-040

anapolis.go.leg.br



**CÂMARA
MUNICIPAL**
DE ANÁPOLIS

DESPACHO

Considerando a tramitação do projeto de lei nº 047/2018, de autoria do Vereador Lélío Alvarenga, que “Dispõe sobre procedimentos gerais relacionados a matrículas e lista de espera por vagas nos Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEI)

Considerando que na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, após solicitado informação à Secretaria Municipal de Educação, tendo parecer informando que a proposta está contemplada com a vigência das portarias expedida por uma Câmara Técnica.

Considerando que nos termos regimentais o projeto de lei em questão teve voto em separado desfavorável e pelo arquivamento da matéria, mediante as informações supra mencionadas.

Ante o exposto, em cumprimento ao Regimento Interno desta Casa de Leis, determino o arquivamento da presente matéria, solicitando ao departamento competente que ultime providências para o cumprimento do despacho.

Sala das Comissões, em 05 de abril de 2021.

Vereador Leandro Ribeiro
Presidente
Câmara Municipal de Anápolis